

# ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR

**Juliano Guerra Rocha**

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

**José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

A inclusão escolar vem sendo, historicamente, tratada como um apêndice da educação, ou seja, algo à parte. Com frequência, os temas educacionais são discutidos sem considerar a perspectiva inclusiva, e apenas após o debate estar consolidado de modo geral é que, às vezes, tenta-se inserir a questão da inclusão. Essa lógica pode ser observada, por exemplo, na área da alfabetização e do letramento, em que ainda são escassos os trabalhos que abordam a alfabetização em uma concepção inclusiva. Nesta publicação, buscamos avançar nesse debate.

Orientados pelo entendimento da alfabetização como um processo de apropriação do sistema de escrita alfabética e dos usos e funções sociais da linguagem, ao mesmo tempo inspirados por uma abordagem inclusiva, que concebe a escola comum como um espaço que acolhe todas as pessoas indistintamente e compreende que a deficiência é produzida na interação do sujeito com as barreiras do meio, neste dossiê reunimos estudos e pesquisas sobre alfabetização em interface com o paradigma da inclusão escolar.

Focamos no direito à leitura e à escrita para crianças, jovens e adultos, incluindo, obviamente, aqueles considerados com deficiência, por entendermos ser este um dos principais meios de assegurar o acesso ao conhecimento escolar e ao conhecimento de mundo. Buscamos, ainda, problematizar práticas pedagógicas que visam assegurar esse direito nas escolas comuns, advertindo, desde já, que é nessa instituição escolar que todos os estudantes devem estar. Assim, ao nos desafiar na compreensão da alfabetização sob a perspectiva da educação inclusiva, afastamo-nos veementemente de três pontos principais: 1) de práticas de ensino individualizado para garantir a alfabetização; 2) de uma compreensão equivocada de que algumas pessoas não serão alfabetizadas, simplesmente por vivenciarem uma situação de deficiência; 3) e a ideia de que a promoção da alfabetização desses estudantes se concretiza no Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou mediante a presença de um profissional de apoio.

Ao todo, são **doze artigos** que, de diferentes formas, se complementam, apresentando teorias que, embora se afastem e se aproximem em diversos aspectos, constituem uma potente contribuição para fomentar diálogos entre professores alfabetizadores nas escolas, bem como em estudos realizados na universidade ou em outros espaços formativos.

O primeiro texto é de autoria de Daniele Pampanini Dias e Ana Luiza Bustamante Smolka, “Alfabetização e educação inclusiva: con(tra)dições e (im)possibilidades de (des)envolvimento humano”, em que as autoras analisam cenas de uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental, observando os modos de participação de dois estudantes com autismo, Laura e Lucas. No artigo, Dias e Smolka chamam atenção para o papel do professor alfabetizador como responsável para mediar e “potencializar as possibilidades de desenvolvimento humano”. Observam o “miúdo”, “as situações corriqueiras”, o “detalhe insignificante”, como representações de “*gestos mínimos* de ensinar e aprender a ler e

a escrever. Da sutileza de um gesto, de uma simples fala, da cuidadosa convocação do aluno com deficiência à participação nas práticas escolares, vemos os desdobramentos possíveis em termos de superação das dificuldades e criação de condições de (des)envolvimento humano”.

Na sequência, o artigo “A didática da alfabetização e o desafio das diferenças individuais: perspectivando a diferenciação curricular, as atividades diversificadas e o desenho universal para a aprendizagem”, de Patrícia Camini, constitui um convite provocativo à reflexão sobre as transformações da didática da alfabetização ao longo do tempo, a partir dos paradigmas incorporados pela escola, especialmente no estado do Rio Grande do Sul. A autora defende a “didática da alfabetização” como um campo teórico específico, “desenvolvido ao redor das preocupações específicas de pesquisa que relacionam professor, aluno e conhecimento na alfabetização”. Percorrendo os caminhos da história da alfabetização do século XX ao XXI, Camini argumenta acerca da “potencialidade da perspectiva do desenho universal para a aprendizagem (DUA) no campo da didática da alfabetização na promoção da justiça curricular”.

Em “Como alfabetizar estudantes com deficiência? Desmistificando concepções e práticas”, Nathália Meneghine dos Santos Rodrigues, Virginia Rita Pereira de Andrade Oliveira e Juliano Guerra Rocha, partindo da pergunta que intitula o texto, conduzem os leitores a diversas reflexões sobre discursos que circulam na escola e que acabam por criar “mitos pedagógicos” em torno da alfabetização de estudantes com deficiência. Apoiados na concepção social de deficiência, nas discussões sobre acessibilidade e no real sentido atribuído ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), Rodrigues, Oliveira e Rocha buscam responder à questão proposta no título afirmando que “a resposta, adiantamos, não se pode dar na categorização de sobre qual deficiência estamos tratando, mas de quem é esse estudante para além da identificação de características que subordinam o seu corpo a um diagnóstico. Até porque os estudantes com deficiência não constituem outra categoria de estudantes; são pessoas como as demais, com suas singularidades”.

Janaina Speglich de Amorim Carrico, Bárbara Raquel Coutinho Toscano Azevedo e Neyse Siqueira Cardoso, no artigo “Ler e escrever como experiências colaborativas: práticas de alfabetização e letramentos em uma escola hospitaleira das infâncias”, apresentam experiências desenvolvidas no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Inspirando-se no conceito de hospitalidade, proposto pelo filósofo Jacques Derrida, as autoras articulam concepções de alfabetização de Ana Luiza Bustamante Smolka, também presente neste dossiê, e de Magda Soares, referência recorrente nos trabalhos aqui publicados, em defesa de práticas de linguagem e experiências ricas e acessíveis a todas as crianças. Para Carrico, Azevedo e Cardoso essas experiências assentadas no “caráter hospitaleiro não pré-definiu o que cada criança devia fazer, mas, pelo contrário, favoreceu o desenvolvimento de cada aprendiz a partir do que era significativo para cada um. A condição de cada criança, no caso da deficiência, não prescreveu como cada uma deveria se envolver na produção escrita. O fio condutor de cada prática pedagógica foi o movimento das ideias das crianças e de cada coletivo”.

Problematizando a produção textual com crianças com deficiência intelectual, Adriana Leite Lima-verde Gomes, Flaviana Bernardo Costa e Neidyana Silva de Oliveira apresentam o texto “As estratégias pedagógicas de produção textual de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental de crianças com deficiência intelectual em desenvolvimento da escrita alfabética”. Por meio de uma pesquisa-ação colaborativa, as autoras identificaram cinco estratégias pedagógicas voltadas ao engajamento desses estudantes nas atividades de produção textual: “esquematização, audição de um texto, leitura de um texto, reescrita de uma história lida e uso de imagens para apoiar a escrita”. Destacam, a partir do caso de João, a importância de o professor promover “vias alternativas de aprendizagem” e “o uso de recursos e apoios [que] auxiliam o desenvolvimento de todos”. As autoras insistem, dessa forma, na

promoção de propostas e estratégias diversificadas e acessíveis para alfabetizar e letrar os estudantes em sala de aula, rompendo com a chamada “Pedagogia da Negação” e reafirmando a necessidade de “compreender o estudante com deficiência intelectual como um ser que aprende”.

Em “A alfabetização da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular: vicissitudes da inclusão”, Dayanna Pereira dos Santos analisa práticas para alfabetização de crianças com autismo em escolas públicas, a partir da percepção dos professores. A autora demonstra que as pessoas entrevistadas tendem, equivocadamente, a associar, no contexto escolar, o uso da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) a uma proposta ou método específico para o ensino da leitura e da escrita. Santos é enfática ao afirmar, com base em sua pesquisa e em bibliografia especializada da área, que não existem métodos exclusivos para a alfabetização de pessoas autistas. A escola precisa, portanto, respeitar “as experiências únicas e os modos singulares de aprendizagem de cada criança. Esse entendimento implica a necessidade de práticas alfabetizadoras que promovam a inclusão, não apenas no que diz respeito ao acesso físico à escola, mas também à participação plena e ao desenvolvimento cognitivo, social e emocional de cada criança”.

Em “Alfabetização de estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos (EJA): um olhar para a prática pedagógica”, Tícia Cassiany Cavalcante, Fabiana de Souza e Silva Dantas e Laís Euzébio de Souza trazem os resultados de uma pesquisa realizada com uma professora da Educação de Jovens e Adultos e seus alunos de uma escola municipal de Recife, Pernambuco. Ao problematizarem o oferecimento de atividades infantilizadas aos estudantes com deficiência, as autoras as consideram sem adequação para a modalidade de ensino, assim como para as singularidades dos aprendizes. Para elas, é “fundamental a militância de professores/as, estudantes, instituições, poder público, Ministério do Trabalho e Emprego e da sociedade como um todo para garantir o direito constitucional à educação e trazer mudanças efetivas para um grupo que já é tão marginalizado pela sociedade”.

No artigo “A alfabetização de estudantes surdos em uma turma multilíngue: um estudo etnográfico em Várzea Queimada - Piauí”, Nádia Fernanda Martins de Araújo, Terezinha Cristina da Costa Rocha e Francisca Izabel Pereira Maciel apresentam reflexões sobre os processos de alfabetização e de letramentos envolvendo estudantes surdos, a partir de um estudo realizado em uma turma multiseriada de estudantes matriculados na EJA. Em defesa de ambientes multilíngues, as autoras afirmam que, “para a participação dos estudantes surdos nas práticas de letramentos, a interação tem um papel central – seja mediada pelo professor ou em diálogo com os pares – para que esses estudantes possam atribuir significados e executar as tarefas escolares. A presença de pares linguísticos, que também compartilham experiências e vivências sociais, foi essencial para o sucesso de atividades de leitura, escrita e sinalização”.

Com o objetivo de analisar a formação acadêmico-profissional do professor alfabetizador e os desafios da alfabetização e letramento na atualidade com vistas à inclusão escolar, considerando a formação continuada de professores, Renata Portela Rinaldi, Suzanna Neves Ferreira e Fábica Cristina Mortean de Medeiros apresentam o artigo intitulado “Formação de professores alfabetizadores para a inclusão escolar”. Por meio de uma análise documental nos currículos e programas de ensino dos cursos de Pedagogia da Unesp e nas políticas para alfabetização e educação especial nacionais e do estado de São Paulo, as autoras problematizam a formação docente para a *práxis*, envolvendo os conteúdos de alfabetização, letramento e inclusão escolar. Concluem que a formação continuada para o processo de alfabetização e educação inclusiva deveriam garantir, em parceria com as universidades, a continuidade de “[...] uma proposta formativa articulada com a prática. Todavia, ela sofre as influências dos princípios, concepções e valores daqueles que instituem as políticas públicas e asseveram o fracasso e a exclusão escolar”.

Em “Formação do leitor e caixa de memórias: “o entre e os nós” da avaliação numa proposta de educação inclusiva”, Beatriz Sales da Silva apresenta narrativas de como o professor se constitui leitor, enunciadas pelo relato de experiência ocorrido no curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais, mais precisamente no âmbito da disciplina “Formação do Leitor”. A autora encerra seu texto, cheio de emoção, com um recado especial aos leitores: “Entrego assim parte das nossas memórias para você, caro/a leitor/a. Sinto que saberá o que fazer com elas, assim como aconteceu comigo quando ouvi o áudio com o conto “As Formigas”. Afinal, a formação do leitor é um trabalho para a especialidade das formigas; especialmente em tempos de telas. A leitura é um andaime! Agora é com você!”.

No artigo “O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) como possibilidade de inclusão social no contexto de uma rede de Educação Básica”, Danielle Santos e Paula Santos identificam em que medida o PNAIC se constituiu como mecanismo de inclusão social em um município, segundo a perspectiva dos dozes professores alfabetizadores que foram entrevistados no estudo. Para as autoras, “ao permitir que os professores compartilhassem suas histórias, reflexões e desafios enfrentados em seu cotidiano, foi possível revelar suas habilidades técnicas e evidenciar sua paixão pelo ato de ensinar e seu comprometimento com o sucesso dos estudantes”. Elas afirmam, ainda, que “[...] foi nesse espaço de diálogo e confiança, proporcionado pela entrevista narrativa, que pudemos capturar o que havia de melhor em suas práticas pedagógicas, reconhecendo e valorizando suas contribuições singulares, com vistas à superação da dificuldade histórica do Brasil, na tarefa de ensinar as crianças a ler e escrever na idade certa”.

Para encerrar, José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti e Paula Mieco Koizumi Masuyama analisaram a elaboração do primeiro caderno de formação do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) da Região Centro-Oeste, a partir das experiências de um membro da equipe geral. O texto intitulado “Ações inclusivas no Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) da Região Centro-Oeste” foi composto por narrativas que partiram de três eixos temáticos: 1) pressupostos da educação inclusiva; 2) especificidades da Educação Infantil; e 3) formação de professores. Foi possível afirmar que a elaboração desse caderno passou por desafios que, analisados, possibilitam a compreensão das possibilidades, limites e intenções do Programa, que é novo em todo o país, e das potencialidades da Educação Infantil para ser uma etapa educacional, de fato, inclusiva. Para os autores, “a valorização dos mais diferentes modos de expressão de ideias das crianças, de desenvolvimento e participação nas atividades, em suma, dos mais diversos modos de ser e estar na escola nos levam a acreditar que esse Programa pode não só contribuir para a inserção das crianças no mundo da escrita, como também com a compreensão do que é uma escola para todos”.

Ao organizar este dossiê, tivemos como intuito oferecer uma contribuição ao debate sobre alfabetização e a inclusão escolar, a partir de estudos teóricos e práticos que abordam ambos os temas sem dissociá-los. Partimos do entendimento da inclusão e da alfabetização como direitos inegociáveis e, portanto, consideramos que o debate envolvendo tais assuntos é cada vez mais urgente.

Que as contribuições aqui apresentadas inspirem pesquisadores, professores e demais interessados na Educação a rever suas concepções e práticas; a desenvolver um olhar investigativo sobre a alfabetização e a inclusão escolar a partir da realidade que vivenciam. Principalmente, que lhes possibilite perceber a singularidade humana como fator central de todo e qualquer processo educacional.